



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÃO  
UASG: 450522

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6034/2026/SEMPOG	
DATA DE ABERTURA: 13/05/2026 às 09h00min. no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>			
OBJETO			
Aquisição de Material Permanente Mobiliário, com montagem, para atender as dependências do novo Terminal Rodoviário de Ariquemes/RO.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			LANCE MÍNIMO
R\$ 322.910,35 (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e dez reais e trinta e cinco centavos).			R\$ 1,00
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	Termo de Contrato ou equivalente	POR GRUPO
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Veja ITEM 10 deste Edital)*			
Requisitos Básicos:  - Sicafe ou documentos equivalentes		Requisitos Específicos: Item 10.12 do Edital  - Apresentação de pelo menos um <u>Atestado(s) de Capacidade Técnica</u> (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.	

MODO DE DISPUTA	Item Exclusivo para ME/EPP?	Item com Reserva de Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Demonstração
ABERTO	NÃO	NÃO	SIM

**Prazo de envio da proposta/documentos complementares**

120 (cento e vinte) minutos, após a convocação realizada pelo pregoeiro.

**Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações**

Até 00/00/2026 no e-mail: [pregaopma@hotmail.com](mailto:pregaopma@hotmail.com), demais condições no item 15. deste Edital

**Observações Gerais**

-

**AVISO**

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2026)

Dúvidas: (69) 3516-2020 e/ou pelo e-mail: [pregaopma@hotmail.com](mailto:pregaopma@hotmail.com)

\* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

(LEI 14.133/2021)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026/SML/PMA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6034/2026/SEMPOG**

**LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1. PREÂMBULO:**

**1.1.1.** A Prefeitura do Município de Ariquemes-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 04.104.816/0001-16, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal nº. 21.880 datado de 07 de Janeiro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90045/2026/PREGÃO/SML/PMA** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR GRUPO**, tendo por finalidade de **Aquisição de Material Permanente Mobiliário, com montagem, para atender as dependências do novo Terminal Rodoviário de Ariquemes/RO**. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

**1.1.2.** O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

**1.1.3.** O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) ([comprasnet](http://comprasnet.gov.br)); e/ou [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) na aba de anexos da licitação no link: <https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br/novo/EXECUTIVO/compras-licitacoes/licitacoes/2026/3>.

**1.1.4.** A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

<b>CÓDIGO UASG:</b>	<b>450522</b>
<b>PREGOEIRO:</b>	<b>Valdesir Suhre - Decreto Municipal nº. 23.384 datado de 07 de janeiro de 2026</b>
<b>INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:</b>	30/04/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
<b>LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:</b>	13/05/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
<b>DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:</b>	<b>13/05/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).</b>

**1.1.5.** Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

**1.1.6.** Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

**1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

**1.2.1.** Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 6034/2026/SEMPOG**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**1.2.2.** Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

## **2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO**

**2.1.1. DO OBJETO:** **Aquisição de Material Permanente Mobiliário, com montagem, para atender as dependências do novo Terminal Rodoviário de Ariquemes/RO.** Conforme especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

### **2.1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS EM R\$:**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<b>ARMÁRIO ALTO COM DUAS PORTAS</b> Dimensões aprox.: 800×1600×500mm Cor: amadeirado. Incluso montagem.	623625	UND	5	1.244,75	6.223,75
2	<b>ARMÁRIO BAIXO COM DUAS PORTAS</b> Dimensões aprox.: 800×740×500mm Cor: amadeirado. Incluso montagem.	623625	UND	5	965,13	4.825,65
3	<b>CADEIRA FIXA</b> Com quatro pés metálicos Assento e encosto em polipropileno Empilhável Uso coletivo em área de alimentação. Capacidade mínima: 120 kg. Cor: cinza claro	629799	UND	180	353,12	63.561,60
4	<b>CADEIRA FIXA DE ESCRITÓRIO</b> Dimensões aprox.: 90 cm altura total Encosto e braços em polipropileno Revestimento em tela Base fixa aço carbono Apoio lombar. Capacidade 120 kg. Cor: Preta	625692	UND	28	699,61	19.589,08
5	<b>CADEIRA GIRATÓRIA ERGONÔMICA</b> Com ajuste de altura e encosto Base giratória com rodízios. Capacidade 110-150 kg. Cor: Preta. Incluso montagem.	455062	UND	10	1.325,00	13.250,00



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

6	<b>CADEIRA LONGARINA</b> 3 Lugares Modelo aeroporto Estrutura cromada Estofamento couro PVC preto Barra aço 40×80 mm Apoio de braços anatômico Pés em Y cromados Sapatas niveladoras. Peso mínimo 150 kg/assento. Dimensões aprox. 185×77 cm (L×A)	277066	UND	68	1.819,78	123.745,04
7	<b>CADEIRA TIPO LONGARINA</b> 3 lugares Assento e encosto em polipropileno preto Estrutura metálica tubular preta Capacidade mínima 120 kg/assento. Dimensões aprox. 155×51 cm (L×A).	277066	UND	12	760,50	9.126,00
8	<b>GAVETEIRO VOLANTE</b> Com 3 gavetas (2 médias e 1 gavetão) Dimensões aprox.: 400×590×460 mm MDF amadeirado. Incluso montagem.	623617	UND	10	965,28	9.652,80
9	<b>MESA CIRCULAR</b> Com 1200×740 mm Para uso coletivo em áreas de alimentação, estrutura aço inox tubular com pintura eletrostática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	607623	UND	30	1.434,19	43.025,70
10	<b>MESA RETANGULAR DUPLA</b> Aprox. 740×1200×600 mm Estrutura aço inox tubular Com pintura eletrostática preta Base emborrachada Tampo MDF Cor: amadeirado. Incluso montagem	619400	UND	15	740,06	11.100,90
11	<b>MESA CIRCULAR</b> 1200×740 mm Para reunião Estrutura resistente Cor: preta Tampo: amadeirado. Incluso montagem.	611701	UND	3	1.414,11	4.242,33



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

12	<b>MESA DE TRABALHO</b> Retangular sem gavetas Dimensões aprox.: 1600×740×600 mm Tampo MDF melamínico amadeirado Estrutura de ferro preta. Incluso montagem.	601720	UND	10	1.306,08	13.060,80
13	<b>POLTRONA DECORATIVA</b> Estrutura em madeira de reflorestamento Estofada em corino Capacidade mínima 140 kg Pés em polipropileno. Dimensões aprox. 70×80×72 cm (L×A×P). Cor: Preta. Para uso no fraldário.	621484	UND	1	1.506,70	1.506,70
<b>TOTAL GERAL:</b>					<b>R\$ 322.910,35</b>	

**2.1.3.** Os itens objetos desta contratação estão organizados em **GRUPOS** - conforme especificações técnicas e quantidades descritas no **item 1.6** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

**2.1.4.** **DA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR GRUPO** - Conforme estabelece o **item 9.1** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital:

**2.1.4.1.** A adoção da disputa ser realizada por **GRUPO** decorre da necessidade de padronização dos itens que o compõem, os quais integram um único conjunto funcional de mobiliário institucional destinado ao Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO. Os itens devem apresentar acabamento, coloração, dimensões e padrão visual uniformes, justificando-se a adoção do julgamento por grupo em observância ao princípio da padronização, na forma do art. 40, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

**2.1.5. GRUPO 1 - SALAS ADMINISTRATIVAS**

Ordem do Item no TR	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<b>ARMÁRIO ALTO COM DUAS PORTAS</b> Dimensões aprox.: 800×1600×500mm Cor: amadeirado. Incluso montagem.	623625	UND	5	1.244,75	6.223,75
2	<b>ARMÁRIO BAIXO COM DUAS PORTAS</b> Dimensões aprox.: 800×740×500mm Cor: amadeirado. Incluso montagem.	623625	UND	5	965,13	4.825,65
4	<b>CADEIRA FIXA DE ESCRITÓRIO</b> Dimensões aprox.: 90 cm altura total Encosto e braços em polipropileno Revestimento em tela Base fixa aço carbono Apoio lombar.	625692	UND	28	699,61	19.589,08



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

	Capacidade 120 kg. Cor: Preta					
5	<b>CADEIRA GIRATÓRIA ERGONÔMICA</b> Com ajuste de altura e encosto Base giratória com rodízios. Capacidade 110-150 kg. Cor: Preta. Incluso montagem.	455062	UND	10	1.325,00	13.250,00
8	<b>GAVETEIRO VOLANTE</b> Com 3 gavetas (2 médias e 1 gavetão) Dimensões aprox.: 400×590×460 mm MDF amadeirado. Incluso montagem.	623617	UND	10	965,28	9.652,80
11	<b>MESA CIRCULAR</b> 1200×740 mm Para reunião Estrutura resistente Cor: preta Tampo: amadeirado. Incluso montagem.	611701	UND	3	1.414,11	4.242,33
12	<b>MESA DE TRABALHO</b> Retangular sem gavetas Dimensões aprox.: 1600×740×600 mm Tampo MDF melamínico amadeirado Estrutura de ferro preta. Incluso montagem.	601720	UND	10	1.306,08	13.060,80
13	<b>POLTRONA DECORATIVA</b> Estrutura em madeira de reflorestamento Estofada em corino Capacidade mínima 140 kg Pés em polipropileno. Dimensões aprox. 70×80×72 cm (L×A×P). Cor: Preta. Para uso no fraldário.	621484	UND	1	1.506,70	1.506,70
<b>VALOR TOTAL GRUPO 01 - R\$ 72.351,11</b>						

**2.1.6. GRUPO 2 - PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO**

Ordem do Item no TR	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
9	<b>MESA CIRCULAR</b> Com 1200×740 mm Para uso coletivo em áreas de alimentação, estrutura aço inox tubular com pintura eletrostática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	607623	UND	30	1.434,19	43.025,70



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

10	<b>MESA RETANGULAR DUPLA</b> Aprox. 740×1200×600 mm Estrutura aço inox tubular Com pintura eletrostática preta Base emborrachada Tampo MDF Cor: amadeirado. Incluso montagem	619400	UND	15	740,06	11.100,90
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO 02 - R\$ 54.126,60</b>						

**2.1.7. GRUPO 3 - EMBARQUE/ DESEMBARQUE/ ESPERA/ ALIMENTAÇÃO**

Ordem do Item no TR	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
3	<b>CADEIRA FIXA</b> Com quatro pés metálicos Assento e encosto em polipropileno Empilhável Uso coletivo em área de alimentação. Capacidade mínima: 120 kg. Cor: cinza claro	629799	UND	180	353,12	63.561,60
6	<b>CADEIRA LONGARINA</b> 3 Lugares Modelo aeroporto Estrutura cromada Estofamento courino PVC preto Barra aço 40×80 mm Apoio de braços anatômico Pés em Y cromados Sapatas niveladoras. Peso mínimo 150 kg/assento. Dimensões aprox. 185×77 cm (L×A)	277066	UND	68	1.819,78	123.745,04
7	<b>CADEIRA TIPO LONGARINA</b> 3 lugares Assento e encosto em polipropileno preto Estrutura metálica tubular preta Capacidade mínima 120 kg/assento. Dimensões aprox. 155×51 cm (L×A).	277066	UND	12	760,50	9.126,00
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO 03 - R\$ 196.432,64</b>						

**2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema compras.gov.br, e as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas;**

**2.3. DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III) - conforme estabelecido no item 4.18 no Anexo I deste**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

Edital – Termo de Referência:

**2.4.** Não será adotada a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, pelas seguintes razões, cumulativamente:

**2.4.1.** Necessidade de padronização e uniformidade do mobiliário: todos os itens objeto desta contratação integram um único conjunto funcional destinado ao Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO, devendo apresentar acabamento, coloração, dimensões e padrão visual uniformes (estrutura amadeirada e/ou preta), uma vez que serão instalados nos mesmos ambientes de uso público intenso. A adjudicação fragmentada a fornecedores distintos resultaria em mobiliário visualmente incompatível, comprometendo a padronização e a identidade institucional do equipamento público.

**2.4.2.** Risco de fracasso e prejuízo à Administração: o objeto desta contratação exige entrega integral e única, com montagem coordenada de todos os itens no mesmo local e prazo. O parcelamento da adjudicação entre diferentes fornecedores aumentaria significativamente o risco operacional e logístico, podendo inviabilizar a entrega simultânea e a abertura coordenada do Terminal Rodoviário Municipal, gerando prejuízo ao interesse público e ao Convênio nº 909227/2020/MTURI-CAIXA.

**2.4.3.** A não adoção da reserva de cotas encontra amparo no art. 10, inciso III, do Decreto nº 8.538/2015, que autoriza a dispensa da cota reservada quando a medida for desvantajosa para a Administração Pública ou representar risco de prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto licitado.

**2.5.** **DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES** ficam aqueles estabelecidos no Anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pela ordenadora de despesas do órgão requerente;

**2.5.1.** **Prazo e forma de entrega do Objeto** - Conforme estabelecido no item 5.1 do Termo de Referência:

**2.5.1.1.** O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da nota de empenho, em remessa única.

**2.5.2.** **Local/ Horário de entrega** - Conforme estabelecido no item 5.2 do Termo de Referência:

**2.5.2.1.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO - Avenida Capitão Sílvio, lote 01/03, Setor Grandes Áreas, Ariquemes/RO, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda à sexta-feira.

**2.5.2.2.** A montagem dos itens que assim exigem é parte integrante do objeto, devendo ser realizada no local de utilização definitivo, com agendamento em data oportuna a ser convencionada com a Administração.

**2.5.2.2.1.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

**2.5.2.3.** O recebimento provisório e definitivo dos bens será realizado pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almocharifado da SEMPOG.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.5.3. Da Garantia dos Produtos - Conforme estabelecido nos itens 5.6 a 5.10 do Termo de Referência:**

**2.5.3.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**2.5.3.2.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.  
5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**2.5.3.3.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**2.5.3.4.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

**2.6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Conforme estabelecidos no item 4 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital:**

**2.7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ELEMENTO DE DESPESA)**

**2.7.1.** Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG

**Programação:**

02.06.04.122.0031.2012 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

02.06.15.451.0032.1712 - Desenvolvimento urbano

02.06.15.451.0032.1800 - Operação de crédito

02.06.04.122.0031.2012 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

02.06.04.122.0031.2013 - Manutenção da Casa dos Conselhos

02.06.04.122.0034.2016 - Manutenção da Regularização Fundiária

**Elemento Despesa:** 4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente

**Fonte de Recursos:**

0.1.500.0 Recursos não vinculados de impostos

0.1.501.0 Outros recursos não vinculados

0.1.755.0 Recursos de alienação de bens/ativos-administração direta

0.1.754.0 Recursos de Operações de crédito

0.2.754.0 Recursos de Operações de crédito

**2.8. DO PAGAMENTO**

**2.8.1. Conforme estabelecido no item 8.19 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital:**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.8.1.1.** O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.

**2.9.** **ÍNDICE DE REAJUSTE** - Conforme estabelecido no **item 4.2** da Minuta de Contrato – apêndice deste Edital:

**2.9.1.** Os preços são fixos e irredutíveis durante a vigência do contrato, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

**2.9.2.** O orçamento estimado para a presente contratação foi datado em onze de março de 2026, conforme Quadro Comparativo de 11/03/2026 (ID 3843571) Cotação 00798/26.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.3.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4.** **Não poderão disputar esta licitação:** (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

**3.4.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.4.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.4.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.4.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- 3.4.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.4.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.4.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.4.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.4.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.4.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.4.11.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.5.** O impedimento de que trata o **item 3.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.4.2 e 3.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8.** O disposto nos **itens 3.4.2 e 3.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.10.** A vedação de que trata o **item 3.4.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.11. Em tempo, será analisado também:**
- 3.11.1.** Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Ariquemes/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (**até que se encerre os prazos das sanções**);



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**3.11.2.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (até que se encerre os prazos das sanções);

**3.11.3.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**4.2.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**4.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.2.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.2.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**4.2.7.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.2.8.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.2.9.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.1 ou 4.2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.2.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**4.2.11.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.2.12.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.2.13.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.2.13.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.2.13.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.2.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.2.14.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.2.14.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.2.15.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.2.16.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.2.17.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;**

**5.1.** O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total;
- b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso;**

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- 5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES;**

**6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO;**

- 6.1.1.** A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.1.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.1.3.** Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.
- 6.1.4.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.1.5.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

**6.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**6.2.1.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.2.2.** As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.3.** Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

### **6.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES**

**6.3.1.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**6.3.2.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

**6.3.3.** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

**6.3.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um real);

**6.3.5.** O licitante poderá, uma única vez, **excluir** seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.3.6.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.3.6.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.3.6.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.3.6.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**6.3.6.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.3.6.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.3.7.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.3.8.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**6.3.9.** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.3.9.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

**6.3.10.** Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.3.11.** No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/>

**6.3.12.** O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;**

**6.4.1.** A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

**6.4.2.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

**6.4.3.** Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

**6.5.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**6.5.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.5.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**6.5.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**6.5.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**6.5.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.5.5.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.5.5.2.** empresas brasileiras;

**6.5.5.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.5.5.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**6.6.** Nos casos em que o sistema Comprasnet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio (IN SEGES/MGI Nº 79/2024), em sessão realizada no comprasnet, com a convocação dos interessados.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA;**

**7.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.2.** O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

**7.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.6.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

## **8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA**

**8.1.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte)** minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

**8.1.1.** Deverá **ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:**

- a)** Número do item;
- b)** Quantidade / Unidade;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

**8.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 60 (SESSENTA) DIAS.**

**8.1.3.** O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**8.1.4.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**8.2.** A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

**8.2.1.** O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF);

**8.2.2.** Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa

**8.2.3.** O PREGOEIRO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

**8.3.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.4.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.5.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.6.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.7.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

**8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;**

**8.8.1.** Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

**8.8.1.1.** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**8.8.1.2.** Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

**8.9.** A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

## **9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**9.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

**9.1.4.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

**9.1.5.** Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>) – *consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório*;

**9.1.6.** Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>) – *consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório*.

**9.2.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**9.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.4.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

**9.5.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**9.6.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**9.7.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.8.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**9.9.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.4.1 e 4.2.6** deste edital.

**9.10.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**9.11. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:**

**9.11.1.** conter vícios insanáveis;

**9.11.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**9.11.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**9.11.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**9.11.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.12.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.12.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**9.12.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**9.12.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.13.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**9.13.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

**9.13.2.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**9.13.3.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**9.14.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**9.15.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.16.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**9.17.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**9.17.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**9.17.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.18.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.19.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**9.20.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**9.21.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**9.22.** Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**10.2.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**10.3.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**10.3.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**10.4.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.4.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**10.4.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**10.5.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**10.5.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**10.5.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**10.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**10.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)). [O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.](#)

**10.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**10.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**10.10. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**10.10.1.** **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.10.2.** **Microempreendedor individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;

**10.10.3.** **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- 10.10.4.** **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 10.10.5.** **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.10.6.** **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.10.7.** No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 10.10.8.** **Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;**
- 10.10.9.** Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);
- 10.10.10.** Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 10.10.11.** Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 10.10.12.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**10.11. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- 10.11.1.** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- 10.11.2.** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- 10.11.3.** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- 10.11.4.** Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- 10.11.5.** Certidão de Regularidade de Débito - **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- 10.11.6.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ**.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**10.12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:**

**10.12.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**10.12.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**10.12.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei,.

**10.13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**10.13.1.** Apresentação de pelo menos um (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa Atestado(s) de Capacidade Técnica jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação. O atestado de capacidade técnica emitido por deverá indicar dados da entidade.

**10.13.2.** O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.

**10.13.3.** Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

**10.13.4.** Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota (s) Fiscal (is) e correspondentes ao (s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

**10.13.5.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**10.13.5.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**10.13.6.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**10.13.7.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**10.13.8.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**10.13.9.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**10.13.10.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**10.13.11.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**10.14. DAS DECLARAÇÕES:**

**10.14.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.**

- a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.
- c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital.

**10.14.2.** A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o Pregoeiro solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

**10.15. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, após a fase de lances ou quando solicitadas pelo agente.**

**10.15.1.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

**10.15.2.** OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

**10.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**10.16.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**10.16.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.17.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**10.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

**10.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**10.20.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

**10.21.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

**11.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**11.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

**11.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.4.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.4.3.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.5.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.6.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.7.** O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.8.** A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

**11.8.1.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.9.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

**11.10.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**11.11.** Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

**11.12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;**

**11.12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**11.12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**11.12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**11.12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**11.12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

**12.2.** Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**12.3.** A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

**12.4.** A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

**12.5.** Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

**13. DO TERMO DE CONTRATO**

**13.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

**13.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**13.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico (eProc) para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração; c) Poderá ser enviado por e-mail para a empresa, devendo ser assinado de forma digital (token) (assinador digital gratuito <https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica>). Posteriormente, o documento deverá ser devolvido por e-mail; ou d) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

**13.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**13.4.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.4.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**13.4.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

**13.4.4.** Deverá observar e cumprir todas as disposições estabelecidas na minuta do termo de contrato;

**13.4.5.** A substituição do contrato por documento equivalente não exime o contratante da obrigação de observar todas as disposições estabelecidas na minuta contratual.

**13.4.6.** Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II apud AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);

**13.4.7.** Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do valor, será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica. (AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);

**13.4.8.** I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que ilude o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que: a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133/2021; ou b) o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133/2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa. (AGU. Orientação Normativa nº 84/2022);

**13.5.** Os prazos dos itens 13.1 e 13.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**13.6.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

**13.7.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- 14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 14.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 14.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 14.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
  - 14.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.5.** Fraudar a licitação;
- 14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 14.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 14.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1.** advertência;
  - 14.2.2.** multa;
  - 14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
  - 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
  - 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 15% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 a multa será de **0,5%** do valor do



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

contrato licitado.

**14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato licitado.

**14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

**14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão de no mínimo 3(três) servidores, em sua maioria servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**14.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**15.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**15.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: [pregaopma@hotmail.com](mailto:pregaopma@hotmail.com) (ao transmitir o e-mail, o mesmo **deverá ser confirmado** pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3516-2020) ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Ariquemes/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, n.º 2.166 - Setor Institucional - Complemento: Centro Administrativo, sala 10, no 1º andar em Ariquemes/RO - CEP: 76.872-854.

**15.3.1.** Para facilitar o processamento das solicitações, as empresas devem enviar o documento do pedido de esclarecimento em formato PDF copiável.

**15.4.** A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.gov.br/compras>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

**15.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**15.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**15.7.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**15.8.** Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

## **16. CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES**

**16.1.** Em caso de não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, rescisão contratual ou desistência do licitante vencedor em prosseguir com o fornecimento, a Administração poderá, com base no Decreto Municipal N° 21.363, de 23 de agosto de 2024, convocar os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação estabelecida no processo licitatório, para celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante originalmente vencedor. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite as condições estabelecidas, a Administração reserva-se o direito de negociar com esses licitantes visando obter um preço melhor ou adjudicar o contrato nas condições ofertadas por eles, atendendo à ordem classificatória.

**16.2.** Esse processo seguirá as seguintes etapas:

**16.2.1.** Após a instauração do procedimento sancionatório em decorrência da rescisão contratual ou desistência do licitante.

**16.2.2.** **Convocação dos licitantes remanescentes em ordem de classificação:** Após a não assinatura do contrato, ou rescisão do contrato pelo licitante vencedor ou sua desistência, a Administração convocará os licitantes remanescentes que participaram do processo licitatório, seguindo a ordem de classificação estabelecida no certame. Esses licitantes serão convidados a assumir o contrato nas mesmas condições oferecidas pelo licitante originalmente vencedor que rescindiu o contrato.

**16.2.3.** **Negociação com os licitantes remanescentes:** Se nenhum dos licitantes remanescentes aceitar as condições propostas nas mesmas bases do licitante vencedor que rescindiu o contrato, a Administração irá para o próximo passo. Neste estágio, será iniciada a negociação com o segundo colocado e, subsequentemente, com os demais licitantes remanescentes em ordem de classificação.

**16.2.4.** **Negociação do menor valor possível:** Durante as negociações com os licitantes remanescentes, a Administração buscará obter o menor valor possível para a contratação, considerando as condições propostas por esses licitantes. Esta negociação pode envolver ajustes nos valores propostos originalmente pelos licitantes remanescentes, com o objetivo de garantir a economicidade para a Administração.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- 16.2.5. Apresentação da proposta pela nova empresa contratada:** A empresa contratada deverá apresentar sua proposta com o preço final de seu lance, ajustando o valor do serviço/fornecimento remanescente em relação ao já executado pela empresa desistente.
- 16.2.6.** Será analisado o teor das propostas apresentadas pelos licitantes remanescentes, inclusive a compatibilidade dessas propostas com as especificações técnicas do edital, bem como a verificação dos documentos de habilitação;
- 16.2.7.** A Administração declarará a habilitação da empresa e a aceitabilidade da proposta apresentada, nos termos do edital;
- 16.2.8.** A Administração publicará o aviso de adjudicação da empresa remanescente, ficando garantido o prazo de 5 (cinco) dias úteis aos demais licitantes para exercerem o direito ao contraditório, com a possibilidade de recorrerem da decisão da Administração, tanto no que se refere à proposta quanto aos documentos de habilitação;
- 16.2.9.** Encerrado o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou após decisão final dos recursos interpostos, a Administração publicará o aviso de homologação da contratação do remanescente.
- 16.3.** Em caso de Registro de Preço, será observado primeiro o Cadastro Reserva de Fornecedor.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 17.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2.** A Administração Pública se reserva no direito de:
- 17.2.1.** Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;
- 17.2.2.** Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.
- 17.3.** Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.
- 17.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.5.** Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 17.6.** As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO.
- 17.8.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**17.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

**17.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

**17.12.** Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

**17.13.** As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Ariquemes, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.14.** As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

**17.15.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

**17.16.** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

**17.17.** Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Ariquemes, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

**17.18.** Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

**17.19. CREDENCIAMENTO ePROC, conforme a Instrução Normativa nº 4, datado em 05 de outubro de 2020, que Regulamenta sobre utilização do Sistema Eletrônico de Informações (e-PROC), este é de utilização obrigatória para todos os tipos de processos em tramitação e novos e outras providencias.**

**17.19.1.** Todas as pessoas físicas que possuem empresa, imóvel ou qualquer vínculo junto à Prefeitura de Ariquemes/RO, e que queira ou precise fazer petições e acompanhar seus processos e pedidos ONLINE.

**17.19.2.** Para acesso ao Sistema de Processo Eletrônico e realização de petições online é necessário o credenciamento prévio. Esse credenciamento deve ser feito junto ao Atendimento ao Público desta Prefeitura de Ariquemes/RO, **ou por meio online**, através do acesso pela Plataforma GOV.BR.

**17.19.3.** Poderá ser realizado o credenciamento destes Fornecedores e/ou prestadores de serviços e outros como usuários externos, conforme orientação do "Manual do Credenciamento", disponível na página da Prefeitura no banner credenciamento ou no link: <http://site.ariquemes.ro.gov.br/paginas/credenciamento>

**17.20.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site [www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao](http://www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao).

**17.21.** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

**17.22.** Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3516-2020, ou na sede Prefeitura de Ariquemes/RO.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**17.23.** Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

**18. ANEXOS**

**18.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (id 3927187)**

*Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (id 3857024);*

*Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (id 3857038);*

*Apêndice III do T.R. - Minuta de Contrato (id 3922609 );*

**ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);**

**ANEXO III: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;**

**ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;**

**ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;**

Ariquemes-RO, 20 de Abril de 2026.

*Elaborado por:*

**Franciélen Braga Vainiaroski**  
**Integrante Diretoria de Compras - SML**  
Decreto nº 17294/2026

*Pregoeiro Designado:*

Para os procedimentos de divulgação do edital de licitação; apresentação de propostas e lances, quando for o caso; julgamento; habilitação; e recurso: Agente de Contratação **Valdesir Suhre** (designado por meio do Decreto nº 23.384 de 07 de janeiro de 2026).

**Valdesir Suhre**  
Pregoeiro  
Decreto Municipal nº. 23.384  
datado de 07 de janeiro de 2026



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026/SML/PMA

**ANEXO I DO EDITAL**

**ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (id 3927187)**

*Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (id 3857024);*

*Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (id 3857038);*

*Apêndice III do T.R. - Minuta de Contrato (id 3922609 );*

**Arquivos DISPONÍVEIS zipados em anexo ao Edital**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90045/2026/SML/PMA

ANEXO II - DO EDITAL

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

PREGÃO ELETRÔNICO N° xx/2026/SML

PROCESSO N° 6034/2026/SEMPOG

LICITANTE \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ TEL. FAX: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

C. CORRENTE: \_\_\_\_\_ AG.: \_\_\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_

Item	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	Marca/Modelo Fabricante	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
VALOR TOTAL EM REAIS - R\$						

Prazo de validade da Proposta: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026/SML/PMA

ANEXO III - DO EDITAL

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

À  
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO-SML/PMA

- a) A empresa ....., devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º ....., localizada na rua....., n.º ....., na cidade de ....., do estado de ....., DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico n.º xx/2026/PREGÃO/SML/PMA**, são autênticos.

....., em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026/SML/PMA

ANEXO IV - DO EDITAL

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

FONE/FAX: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **xx/2025/PREGÃO/SML/PMA**, instaurado pelo **Processo de n.º 6034/2026/SEMPOG**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG/CPF:  
Cargo



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90045/2026/SML/PMA

**ANEXO V - DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*

....., \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

## Termo de Referência 112/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
112/2026	450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	MICHELE VIANA SANTOS	16/04/2026 12:16 (v 0.19)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	92/2026	6034/2026

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente Mobiliário com montagem, para atender as dependências do novo Terminal Rodoviário de Ariquemes/RO

Item	CATMAT	Especificação	Und	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	623625	Armário alto com duas portas, dimensões aprox. 800×1600×500 mm, cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	5	1.244,75	6.223,75
2	623625	Armário baixo com duas portas, dimensões aprox. 800×740×500 mm, cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	5	965,13	4.825,65
3	629799	Cadeira fixa com quatro pés metálicos, assento e encosto em polipropileno, empilhável, uso coletivo em área de alimentação. Capacidade mínima 120 kg. Cor cinza claro.	UND	180	353,12	63.561,60
4	625692	Cadeira fixa de escritório, dimensões aprox. 90 cm altura total, encosto e braços em polipropileno, revestimento em tela, base fixa aço carbono, apoio lombar. Capacidade 120 kg. Cor: Preta.	UND	28	699,61	19.589,08
5	455062	Cadeira giratória ergonômica com ajuste de altura e encosto, base giratória com rodízios. Capacidade 110/150 kg. Cor: Preta. Incluso montagem.	UND	10	1.325,00	13.250,00
6	277066	Cadeira Longarina 3 Lugares modelo aeroporto, estrutura cromada, estofamento courino PVC preto, barra aço 40×80 mm, apoio de braços anatômico, pés em Y cromados, sapatas niveladoras. Peso mínimo 150 kg/assento. Dimensões aprox. 185×77 cm (L×A).	UND	68	1.819,78	123.745,04
7	277066	Cadeira tipo longarina 3 lugares, assento e encosto em polipropileno preto, estrutura metálica tubular preta. Capacidade mínima 120 kg/assento. Dimensões aprox. 155×51 cm (L×A).	UND	12	760,50	9.126,00
8	623617	Gaveteiro volante com 3 gavetas (2 médias e 1 gavetão), dimensões aprox. 400×590×460 mm, MDF amadeirado. Incluso montagem.	UND	10	965,28	9.652,80
9	607623	Mesa circular 1200×740 mm para uso coletivo em áreas de alimentação, estrutura aço inox tubular com pintura eletroreajustestática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	30	1.434,19	43.025,70
10	619400	Mesa retangular dupla aprox. 740×1200×600 mm, estrutura aço inox tubular com pintura eletrostática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	15	740,06	11.100,90
11	611701	Mesa Circular 1200×740 mm para reunião, estrutura resistente cor preta, tampo amadeirado. Incluso montagem.	UND	3	1.414,11	4.242,33
12	601720	Mesa de trabalho retangular sem gavetas, dimensões aprox. 1600×740×600 mm, tampo MDF melamínico amadeirado, estrutura de ferro preta. Incluso montagem.	UND	10	1.306,08	13.060,80



13	621484	Poltrona decorativa, estrutura em madeira de reflorestamento, estofada em corino, UND 1	1.506,70	1.506,70
capacidade mínima 140 kg, pés em polipropileno. Dimensões aprox. 70×80×72 cm (L×A×P). Cor: Preta. Para uso no fraldário.				
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>				<b>R\$ 322.910,35</b>

1.1.1. O fornecimento de bens é de natureza não continuada, sendo a contratação realizada de forma integral, em remessa única, destinada ao equipamento do Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar ETP nº 79/2026.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## DOS GRUPOS

1.6 Os itens objeto desta contratação estão organizados nos seguintes grupos:

GRUPO 1 SALAS ADMINISTRATIVAS							
Item	CATMAT	Especificação	Und	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
1	623625	Armário alto com duas portas, dimensões aprox. 800×1600×500 mm, cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	5	1.244,75	6.223,75	
2	623625	Armário baixo com duas portas, dimensões aprox. 800×740×500 mm, cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	5	965,13	4.825,65	
4	625692	Cadeira fixa de escritório, dimensões aprox. 90 cm altura total, encosto e braços em polipropileno, revestimento em tela, base fixa aço carbono, apoio lombar. Capacidade 120 kg. Cor: Preta.	UND	28	699,61	19.589,08	
5	455062	Cadeira giratória ergonômica com ajuste de altura e encosto, base giratória com rodízios. Capacidade 110–150 kg. Cor: Preta. Incluso montagem.	UND	10	1.325,00	13.250,00	
8	623617	Gaveteiro volante com 3 gavetas (2 médias e 1 gavetão), dimensões aprox. 400×590×460 mm, MDF amadeirado. Incluso montagem.	UND	10	965,28	9.652,80	
11	611701	Mesa Circular 1200×740 mm para reunião, estrutura resistente cor preta, tampo amadeirado. Incluso montagem.	UND	3	1.414,11	4.242,33	
12	601720	Mesa de trabalho retangular sem gavetas, dimensões aprox. 1600×740×600 mm, tampo MDF melamínico amadeirado, estrutura de ferro preta. Incluso montagem.	UND	10	1.306,08	13.060,80	
13	621484	Poltrona decorativa, estrutura em madeira de reflorestamento, estofada em corino, capacidade mínima 140 kg, pés em polipropileno. Dimensões aprox. 70×80×72 cm (L×A×P). Cor: Preta. Para uso no fraldário.	UND	1	1.506,70	1.506,70	

GRUPO 2 PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO							
Item	CATMAT	Especificação	Und	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
9	607623	Mesa circular 1200×740 mm para uso coletivo em áreas de alimentação, estrutura aço inox tubular com pintura eletrostática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	30	1.434,19	43.025,70	
10	619400	Mesa retangular dupla aprox. 740×1200×600 mm, estrutura aço inox tubular com pintura eletrostática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	15	740,06	11.100,90	

GRUPO 3 EMBARQUE/DESEMBARQUE/ESPERA/ALIMENTAÇÃO							
Valor							

Item	CATMAT	Especificação	Und	Qtde	Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
3	629799	Cadeira fixa com quatro pés metálicos, assento e encosto em polipropileno, empilhável, uso coletivo em área de alimentação. Capacidade mínima 120 kg. Cor cinza claro.	UND	180	353,12	63.561,60
6	277066	Cadeira Longarina 3 Lugares – modelo aeroporto, estrutura cromada, estofamento courino PVC preto, barra aço 40×80 mm, apoio de braços anatômico, pés em Y cromados, sapatas niveladoras. Peso mínimo 150 kg/assento. Dimensões aprox. 185×77 cm (L×A).	UND	68	1.819,78	123.745,04
7	277066	Cadeira tipo longarina 3 lugares, assento e encosto em polipropileno preto, estrutura metálica tubular preta. Capacidade mínima 120 kg/assento. Dimensões aprox. 155×51 cm (L×A).	UND	12	760,50	9.126,00
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>						<b>R\$ 322.910,35</b>

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar ETP nº 79/2026, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO é um equipamento público em fase de implantação, construído com recursos do Convênio nº 909227/2020/MTURI-CAIXA, destinado a centralizar e organizar o transporte intermunicipal de passageiros no Município.
- 2.3. Por se tratar de unidade nova, inexistem bens ou mobiliários disponíveis para reaproveitamento ou redistribuição interna, sendo imprescindível a aquisição integral dos mobiliários permanentes para o pleno funcionamento de todos os ambientes do Terminal, conforme levantamento físico e layout funcional realizados pela Área Requisitante, nos termos do DFD nº 017/SEMPOG/ADM/2026.
- 2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da Prefeitura Municipal de Ariquemes (contratação nº 92/2026 | DFD nº 93/2025), em conformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa CGM nº 016/2022.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar ETP nº 79/2026, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A solução consiste na aquisição de mobiliário permanente com montagem inclusa, constitui a solução mais adequada e viável para suprir as necessidades do Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO, compreendendo todos os ambientes da edificação: praça de alimentação e circulação, salas administrativas, sala de informações, sala de espera, áreas de embarque e desembarque, sala da SEMSAU e Guarda Municipal.
- 3.2.1 Quanto à não utilização do Sistema de Registro de Preços, verificou-se que a demanda é pontual e específica, vinculada a um projeto determinado, com quantitativos previamente definidos e sem previsão de consumo continuado por outros órgãos ou secretarias. Dessa forma, a adoção do registro de preços não se mostra vantajosa, pois não atenderia aos pressupostos de consumo frequente, demanda incerta ou necessidade de aquisições futuras parceladas ao longo do tempo.
- 3.3. A contratação será realizada de forma integral (não parcelada), compreendendo a entrega e montagem dos itens no local definitivo de utilização, conforme especificações técnicas detalhadas no ETP nº 79/2026 e no DFD nº 017/SEMPOG/ADM/2026.
- 3.4 O objeto da referida licitação só será aceito se estiver em conformidade com as especificações do termo de referência.
- 3.5 O prazo para entrega dos materiais é de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, nos endereços elencados no Termo de Referência.
- 3.6 Garantia mínima dos materiais será incluída no Termo de Referência e na minuta contratual a especificação da garantia mínima do objeto a ser fornecido, de forma a atender ao disposto no art. 92, XIII, da Lei nº 14.133/2021, diferenciando-a da garantia de execução contratual prevista no art. 92, XII, da mesma Lei.

3.7 Penalidade pela recusa em assinar o contrato será incluída nos instrumentos convocatórios e na minuta contratual a previsão expressa da penalidade prevista no art. 58, §3º, da Lei nº 14.133/2021, para o caso de recusa em assinar o contrato ou não apresentação da documentação necessária à contratação.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os produtos devem atender aos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos no mercado, com especificações objetivas.

4.2 Devem estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança.

4.3 A entrega deve ser feita conforme solicitado pela contratante.

4.4 A contratada é responsável por assegurar que os produtos ou serviços cumpram todas as obrigações e regulamentações legais pertinentes, especialmente em relação à qualidade e especificações.

4.5 Os produtos devem ser novos, estar adequadamente embalados e lacrados, contendo todas as informações relevantes.

4.6 O prazo de entrega deve ser respeitado, conforme estipulado pela ordem de fornecimento/nota de empenho.

4.7 A entrega deve ocorrer em perfeitas condições, em estrita conformidade com as especificações do edital, com a possibilidade de troca de itens fora das especificações.

4.8 A contratada é responsável por quaisquer vícios ou danos decorrentes dos produtos ou serviços, de acordo com as leis de defesa do consumidor.

4.9 Qualquer impossibilidade de cumprimento dos prazos deve ser comunicada à Administração dentro do prazo estabelecido, com a devida comprovação.

4.10 Deve-se obedecer à legislação vigente em relação ao trabalho de menores, garantindo que não sejam utilizados em condições inadequadas.

4.11 Os valores propostos devem incluir todos os custos operacionais e encargos previdenciários.

4.12 A contratada deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do contrato.

### Sustentabilidade

4.13. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.13.1. Preferência, quando possível, por produtos com certificação de origem da madeira (ex.: FSC ou equivalente), especialmente para os itens com estrutura ou tampos em MDF.

4.13.2. O fornecedor deverá adotar práticas adequadas de descarte de embalagens, resíduos de montagem e materiais excedentes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.13.3. Os produtos ofertados deverão atender às normas técnicas da ABNT pertinentes, contribuindo para a qualidade e durabilidade dos bens.

4.14. O fornecedor deverá apresentar mostruários, catálogos ou folders técnicos dos produtos ofertados, contendo especificações como medidas, cores, tipos de materiais, entre outros, quando solicitado pela Comissão de Recebimento, previamente à aceitação definitiva dos bens.

4.15. Se a(s) especificações apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

### Subcontratações

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da Contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar ETP nº 79/2026.

## Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.18. Não será adotada a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, pelas seguintes razões, cumulativamente:

4.18.1. Necessidade de padronização e uniformidade do mobiliário: todos os itens objeto desta contratação integram um único conjunto funcional destinado ao Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO, devendo apresentar acabamento, coloração, dimensões e padrão visual uniformes (estrutura amadeirada e/ou preta), uma vez que serão instalados nos mesmos ambientes de uso público intenso. A adjudicação fragmentada a fornecedores distintos resultaria em mobiliário visualmente incompatível, comprometendo a padronização e a identidade institucional do equipamento público.

4.18.2. Risco de fracasso e prejuízo à Administração: o objeto desta contratação exige entrega integral e única, com montagem coordenada de todos os itens no mesmo local e prazo. O parcelamento da adjudicação entre diferentes fornecedores aumentaria significativamente o risco operacional e logístico, podendo inviabilizar a entrega simultânea e a abertura coordenada do Terminal Rodoviário Municipal, gerando prejuízo ao interesse público e ao Convênio nº 909227/2020/MTURI-CAIXA.

4.18.3. A não adoção da reserva de cotas encontra amparo no art. 10, inciso III, do Decreto nº 8.538/2015, que autoriza a dispensa da cota reservada quando a medida for desvantajosa para a Administração Pública ou representar risco de prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto licitado.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO — Avenida Capitão Sílvia, lote 01/03, Setor Grandes Áreas, Ariquemes/RO, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

5.3. A montagem dos itens que assim exigem é parte integrante do objeto, devendo ser realizada no local de utilização definitivo, com agendamento em data oportuna a ser convencionada com a Administração.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5. O recebimento provisório e definitivo dos bens será realizado pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoarifado da SEMPOG.

### Garantia dos Produtos

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### Fiscalização Técnica

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme DFD nº 017/SEMPOG/ADM/2026.

6.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.4. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

### Fiscalização Administrativa

6.5. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos.

### Gestor do Contrato

6.6. Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, acompanhar os registros realizados pelos fiscais, acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada e tomar as demais providências necessárias ao bom andamento da contratação.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima as seguintes sanções: advertência; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar e contratar; e/ou multa.

7.2.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, em caso de inexecução total do contrato.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.7.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**7.7.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.8.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.8.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**7.8.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.8.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**7.8.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.11.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.
- 8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

- 8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.11.1. o prazo de validade;
  - 8.11.2. a data da emissão;
  - 8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 8.11.5. o valor a pagar; e
  - 8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
  - 8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.24.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Reajuste

8.26 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação do índice INPC/IBGE.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, com modo de disputa **ABERTO**, sendo a disputa realizada **POR GRUPO**, em razão da necessidade de padronização dos itens que os compõem — os quais integram um único conjunto funcional de mobiliário institucional destinado ao Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO, devendo apresentar acabamento, coloração, dimensões e padrão visual uniformes —, justificando-se a adoção do julgamento por grupo em observância ao **princípio da padronização**, na forma do art. 40, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, em remessa única, compreendendo a entrega e montagem de todos os itens no Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO.

### Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.24. **certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;**
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei,

## **Qualificação Técnica**

- 9.27 Apresentação de pelo menos um (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa Atestado(s) de Capacidade Técnica jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação. O atestado de capacidade técnica emitido por deverá indicar dados da entidade.
- 9.28 O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.
- 9.29 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.
- 9.30 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota (s) Fiscal (is) e correspondentes ao (s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.
- 9.31 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.31.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados; 9.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e 9.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 322.910,35 (trezentos e vinte e dois mil novecentos e dez reais e trinta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1 acima.

10.2. O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, conforme metodologia prevista na Instrução Normativa CGM nº 016/2022 e na Lei Federal nº 14.133/2021, formalizado nos autos do processo administrativo — Quadro Analítico ID 3843470, Quadro Comparativo ID 3843571.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Ariquemes para o exercício de 2026. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de planejamento, Orçamento e Gestão

**Programação:** 02.06.04.122.0031.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento | **Programação:** 02.06.15.451.0032.1712 Desenvolvimento urbano -operação de crédito 02.06.15.451.0032.1800 **Programação:** 02.06.04.122.0031.2012 - Manutenção da Secretaria de Planejamento **Programação:** 02.06.04.122.0031.2013 - Manutenção da Casa dos Conselhos **Programação:** 02.06.04.122.0034.2016 - Manutenção da Regularização Fundiária

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente

**Fonte de Recurso:** 0.1.500.0 Recursos não vinculados de impostos | 0.1.501.0 Outros recursos não vinculados| 0.1.755.0 recursos de alienação de bens/ativos-administração direta | 0.1.754.0 Recursos de Operações de crédito |0.2.754.0 Recursos de Operações de crédito

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 12.2. O custo estimado da contratação é público, conforme item 10 deste instrumento.

Ariquemes, 12 de março de 2026

13. ANEXO I

ANEXO DISTRIBUIÇÃO E LEVANTAMENTO DE MOBILIÁRIOS ID 3821571

14. ANEXO II

- ID 3818339 - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD
- ID 3844603 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIZETE GONCALVES DE LIMA  
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MICHELE VIANA SANTOS  
MICHELE VIANA SANTOS







# Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo de Referência</b>	<b>112/2026</b>	<b>16/04/2026</b>

ID: <b>3927187</b>	Processo	Documento
CRC: <b>C5CAD896</b>		
Processo: <b>8-6034/2026</b>		
Usuário: <b>MICHELE VIANA SANTOS#</b>		
Criação: <b>16/04/2026 11:16:29</b>	Finalização: <b>16/04/2026 11:18:36</b>	

MD5: <b>3F066D1EB474D7EAEFDEA8D49825D9CF</b>
SHA256: <b>8549B0960DD1F133F5E355178381EA6589961EE17853DEE785ACCE5F133B7625</b>

Súmula/Objeto:

**Termo de Referencia 112/2026**

### INTERESSADOS

SEMPOG ADM	Ariquemes	RO	16/04/2026 11:16:29
------------	-----------	----	---------------------


### ASSUNTOS

AQUISIÇÃO (38285)	16/04/2026 11:16:29
-------------------	---------------------

### CIENTES

ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO	16/04/2026 11:27:24
NATALIA SANTOS DE ANGELO	16/04/2026 12:30:22
DIEIMILA LUANA DA SILVA PAULUS	17/04/2026 08:51:48

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	16/04/2026 12:16:49
--	----------------------------	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3927187 e o CRC C5CAD896.



## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

## Estudo Técnico Preliminar 79/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 6034/2026

## 2. Descrição da necessidade

O Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO é um equipamento público em fase de implantação, construído com recursos do Convênio 909227/2020/MTURI-CAIXA, destinado a centralizar e organizar o transporte intermunicipal de passageiros no Município.

O referido equipamento dispõe de áreas administrativas (salas de gestão, CPD e guarita), áreas operacionais (embarque e desembarque) e espaços de atendimento ao público (áreas de espera e alimentação). Todavia, por se tratar de unidade nova, inexistem bens ou mobiliários disponíveis para reaproveitamento ou redistribuição interna.

Diante disso, a presente necessidade consiste na aquisição integral de mobiliários permanentes com montagem — mesas, cadeiras, longarinas, armários, gaveteiros e poltrona — indispensáveis ao pleno funcionamento de todos os ambientes do Terminal, conforme levantamento físico e layout funcional realizados pela Área Requisitante, nos termos do DFD nº 017/SEMPOG/ADM/2026.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	Elizete Gonçalves de Lima

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a presente contratação, exigem-se os seguintes requisitos:

- Os mobiliários deverão atender às especificações técnicas mínimas descritas no item 4 deste ETP, sendo vedada a entrega de produtos com qualidade inferior ou divergente das características exigidas;
- A montagem dos itens que assim exigem (conforme coluna de descrição) é parte integrante do objeto, devendo ser realizada no local de utilização, no Terminal Rodoviário Municipal — Av. Capitão Sílvio, lote 01/03, Setor Grandes Áreas, Ariquemes/RO;
- O fornecedor deverá apresentar amostras e/ou catálogos técnicos dos produtos ofertados, quando solicitado pela Comissão de Recebimento, previamente à aceitação definitiva;
- Todos os itens deverão possuir acabamento uniforme, adequado a ambientes institucionais de uso público intenso, com resistência compatível com as capacidades mínimas de carga especificadas;
- A entrega deverá ser realizada de forma única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato/emissão da nota de empenho;



f) O recebimento provisório e definitivo dos bens será realizado pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almojarifado da SEMPOG;

g) Os materiais deverão ser entregues no Terminal Rodoviário Municipal — Av. Capitão Sílvia, lote 01/03, Setor Grandes Áreas, Ariquemes/RO, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira, devendo a montagem ser agendada em data oportuna.

## **5. Levantamento de Mercado**

O levantamento de mercado foi realizado por meio de consulta ao sistema de compras públicas ComprasNet/PNCP, Banco de Preços e pesquisa junto a fornecedores regionais e nacionais do ramo de mobiliário institucional, com vistas a identificar a existência de oferta suficiente e competitiva para os itens demandados.

A pesquisa demonstrou que o segmento de mercado de mobiliários institucionais é amplamente suprido, com presença de fornecedores de abrangência nacional, garantindo competitividade no processo licitatório. Os produtos especificados estão disponíveis no mercado e atendem ao padrão institucional exigido para uso coletivo intenso em equipamentos públicos.

A publicação do edital no sistema nacional de compras públicas assegura ampla divulgação e competitividade, mitigando o risco de lote deserto ou fracassado.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A solução consiste na aquisição de mobiliário permanente com montagem inclusa, destinado ao pleno equipamento do Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO, compreendendo todos os ambientes da edificação: praça de alimentação e circulação, salas administrativas, sala de informações, sala de espera, áreas de embarque e desembarque, sala da SEMSAU e Guarda Municipal.

A contratação será realizada de forma integral (não parcelada), compreendendo a entrega e montagem dos itens no local definitivo de utilização, conforme especificações técnicas detalhadas no item 7 deste ETP e no DFD nº 017 /SEMPOG/ADM/2026.

### **6.1 Da não utilização do Sistema de Registro de Preços**

A adoção do Sistema de Registro de Preços não se mostra adequada para o presente objeto pelos seguintes fundamentos:

a) os quantitativos foram definidos com base em levantamento físico dos ambientes e no layout funcional do Terminal (ID 3821571), sendo a demanda pontual, específica e sem previsão de consumo continuado ou aquisições futuras parceladas;

b) não foi identificada demanda de outros órgãos ou secretarias pelos mesmos itens, afastando a vantagem de adesão futura, pressuposto essencial para o registro de preços nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;








c) a contratação prevê fornecimento em remessa única, no prazo de 30 dias corridos, com montagem coordenada no mesmo local, modelo incompatível com a lógica do registro de preços.

Diante do exposto, a contratação por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, de forma integral, mostra-se a forma mais adequada e vantajosa para a Administração, em conformidade com o art. 82, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.





## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos foram definidos com base em levantamento físico dos ambientes e no layout funcional do Terminal Rodoviário Municipal ID 3821571 , conforme metodologia de cálculo descrita no DFD nº 017/SEMPOG/ADM/2026. A seguir, a relação dos itens a contratar:

Item	Produto /Catálogo	Descrição	Qtde	Und.	Modelo
1	560.007.131 623625	Armário alto com duas portas, dim. aprox. 800×1600×500 mm, cor amadeirado. Incluso montagem.	5	UND	
2	560.007.132 623625	Armário baixo com duas portas, dim. aprox. 800×740×500 mm, cor amadeirado. Incluso montagem.	5	UND	
3	560.007.124 629799	Cadeira fixa com quatro pés metálicos, assento e encosto em polipropileno, empilhável, uso coletivo em área de alimentação. Capacidade mínima 120 kg. Cor cinza claro.	180	UND	
4	560.007.134 625692	Cadeira fixa de escritório, dim. aprox. 90 cm alt. total, encosto e braços em polipropileno, revestimento em tela, base fixa aço carbono, apoio lombar. Capacidade 120 kg. Cor: Preta.	28	UND	
5	560.007.133 455062	Cadeira giratória ergonômica com ajuste de altura e encosto, base giratória com rodízios. Capacidade 110–150 kg. Cor: Preta. Incluso montagem.	10	UND	
6	560.007.125 277066	Cadeira Longarina 3 Lugares – modelo aeroporto, estrutura cromada, estofamento courino PVC preto, barra aço 40×80 mm, apoio de braços anatômico, pés em Y cromados, sapatas niveladoras. Peso mín. 150 kg/assento. Dim. aprox. 185×77 cm (L×A).	68	UND	
7	560.007.126 277066	Cadeira tipo longarina 3 lugares, assento e encosto em polipropileno preto, estrutura metálica tubular preta. Capacidade mín. 120 kg/assento. Dim. aprox. 155×51 cm (L×A).	12	UND	
8	560.007.130 623617		10	UND	



		Gaveteiro volante com 3 gavetas (2 médias e 1 gavetão), dim. aprox. 400×590×460 mm, MDF amadeirado. Incluso montagem.			
9	560.007.122 607623	Mesa circular 1200x740 mm para uso coletivo em áreas de alimentação, estrutura aço inox tubular com pintura eletrostática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	30	UND	
10	560.007.123 619400	Mesa retangular dupla aprox. 740×1200×600 mm, estrutura aço inox tubular com pintura eletrostática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	15	UND	
11	560.007.128 611701	Mesa Circular 1200×740 mm para reunião, estrutura resistente cor preta, tampo amadeirado. Incluso montagem.	3	UND	
12	560.007.129 601720	Mesa de trabalho retangular sem gavetas, dim. aprox. 1600×740×600 mm, tampo MDF melamínico amadeirado, estrutura de ferro preta. Incluso montagem.	10	UND	
13	560.007.127 621484	Poltrona decorativa, estrutura em madeira de reflorestamento, estofada em corino, capacidade mín. 140 kg, pés em polipropileno. Dim. aprox. 70×80×72 cm (L×A×P). Cor: Preta. para o fraldário.	1	UND	

#### Distribuição por ambiente:

- Praça de Alimentação e Circulação: 45 mesas (itens 1 e 2), 180 cadeiras fixas (item 3), 10 longarinas estofadas (item 4) e 12 longarinas em polipropileno (item 5).
- Sala de Espera: 32 longarinas estofadas de 3 lugares (item 4).
- Embarque e Desembarque: 26 longarinas estofadas (item 4).
- Sala de Informações: 1 mesa de trabalho (item 8), 1 gaveteiro (item 9), 1 cadeira giratória (item 12), 1 armário alto e 1 armário baixo (itens 10 e 11).
- Salas de Administração 1 e 2: 2 mesas de trabalho por sala (item 8), 2 gaveteiros (item 9), 2 cadeiras giratórias (item 12), 8 cadeiras fixas (item 13), 1 armário alto e 1 armário baixo por sala (itens 10 e 11), 1 mesa de reunião por sala (item 7).
- Sala SEMSAU e Guarda Municipal: 4 mesas de trabalho (item 8), 4 gaveteiros (item 9), 4 cadeiras giratórias (item 12), 2 armários altos e 2 armários baixos (itens 10 e 11), 1 mesa de reunião (item 7), 12 cadeiras fixas (item 13).
- Poltrona (item 6): 1 unidade para o fraldário.



## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 322.910,35

O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, conforme metodologia prevista na Instrução Normativa CGM nº 016/2022 e na Lei Federal nº 14.133/2021, formalizado nos autos do processo administrativo Quadro Analítico ID 3843470, Quadro comparativo ID 3843571.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se justifica o parcelamento da solução, uma vez que todos os itens compartilham o mesmo objeto — mobiliário institucional com montagem para o Terminal Rodoviário Municipal —, o mesmo local de entrega e as mesmas condições de recebimento. O fracionamento não traria vantagem econômica ou operacional, podendo, ao contrário, dificultar a coordenação logística e aumentar os custos administrativos do processo.

Ademais, a entrega integral em única remessa, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, assegura a instalação coordenada dos mobiliários em todos os ambientes, viabilizando o início da operação do Terminal de forma ordenada e simultânea.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação guarda relação direta com o Convênio nº 909227/2020/MTURI-CAIXA, celebrado para a construção e reforma do Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO. A entrega e instalação dos mobiliários pressupõe a conclusão das obras civis e a disponibilização dos espaços físicos do Terminal para recebimento dos bens.

Não foram identificadas outras contratações interdependentes além da obra de construção do Terminal, que se encontra em fase de conclusão.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente demanda está alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Prefeitura Municipal de Ariquemes para o exercício de 2026, em consonância com o art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa CGM nº 016/2022 (contratação nº 92/2026 | DFD nº 93/2025).

A aquisição integra o planejamento institucional da SEMPOG como demanda prioritária, em razão da implantação do Terminal Rodoviário com recursos do Convênio 909227/2020/MTURI-CAIXA. O alinhamento ao PCA garante a observância dos princípios de planejamento, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a disponibilização dos mobiliários contratados, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Funcionamento pleno das salas administrativas, do CPD e da guarita do Terminal, com mesas de trabalho, cadeiras ergonômicas, armários e gaveteiros necessários ao desempenho das atividades dos servidores;
- Atendimento adequado, seguro e confortável aos usuários do transporte intermunicipal, por meio de longarinas e assentos coletivos nas áreas de espera, embarque e desembarque;
- Organização e funcionalidade das áreas de alimentação e circulação, com mesas e cadeiras adequadas ao uso coletivo intenso;



d) Preservação e valorização do patrimônio público, por meio de mobiliários com especificações que garantam durabilidade e adequação ao uso institucional;

e) Plena utilização da infraestrutura pública já implantada, assegurando o retorno social do investimento realizado com recursos federais e municipais na construção do Terminal.

### 13. Providências a serem Adotadas

Para a conclusão do processo de contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

a) Elaboração do Termo de Referência com especificações técnicas detalhadas, em conformidade com o DFD nº 017 /SEMPOG/ADM/2026;

b) Verificação e reserva orçamentária nas dotações indicadas neste ETP e no DFD, com emissão Nota de autorização de despesa;

c) Revisão jurídica do edital e do Termo de Referência, com vistas a assegurar a conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Publicação do edital no PNCP/ComprasNet, garantindo ampla competitividade e transparência;

) Designação da Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almojarifado da SEMPOG para fiscalização e recebimento dos bens.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação envolve aquisição de mobiliário com estruturas em MDF, aço e polipropileno. Os impactos ambientais diretos são considerados baixos, dada a natureza do objeto. Todavia, recomenda-se:

a) Preferência, quando possível, por produtos com certificação de origem da madeira (ex.: FSC ou equivalente), especialmente para os itens com estrutura ou tampos em MDF;

b) Que o fornecedor adote práticas adequadas de descarte de embalagens, resíduos de montagem e materiais excedentes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

c) Que os produtos ofertados atendam às normas técnicas da ABNT pertinentes, contribuindo para a qualidade e durabilidade dos bens e, consequentemente, para a redução de descarte prematuro.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação para aquisição de material permanente — mobiliário com montagem — destinada ao Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO é plenamente viável sob os aspectos técnico, jurídico, operacional e orçamentário-financeiro, conforme demonstrado a seguir:

**a) Viabilidade Técnica:** os itens de mobiliário demandados — mesas, cadeiras, longarinas, armários, gaveteiros e poltrona — são produtos padronizados, amplamente disponíveis no mercado nacional, com fornecedores consolidados no segmento de mobiliário institucional. As especificações técnicas foram definidas com base no levantamento físico dos ambientes e no layout funcional do Terminal, garantindo adequação ao uso público intenso. A montagem, parte integrante do objeto, é executada de forma rotineira por empresas do ramo, sem exigência de tecnologia especializada ou de difícil acesso.



**b) Viabilidade Jurídica:** a contratação encontra amparo legal nos arts. 6º, inciso XXIII, e 40 da Lei Federal nº 14.133 /2021, bem como na Instrução Normativa CGM nº 016/2022. O objeto é lícito, determinado e enquadrado na categoria de aquisição de material permanente (elemento de despesa 4.4.90.52.00). A demanda está alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 da Prefeitura Municipal de Ariquemes (contratação nº 92/2026 | DFD nº 93/2025), em conformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Não há vedação legal ou normativa que impeça a realização da contratação.

**c) Viabilidade Operacional:** a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG) dispõe de estrutura administrativa e de pessoal para conduzir o processo licitatório, fiscalizar a entrega e montagem dos bens e proceder ao recebimento definitivo. Estão designados Gestor e Fiscal do Contrato (itens 7 do DFD), bem como Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado. O prazo de entrega de 30 dias corridos é compatível com a capacidade de resposta do mercado fornecedor e com o cronograma de implantação do Terminal Rodoviário.

**d) Viabilidade Orçamentário-Financeira:** a despesa está prevista no orçamento do exercício de 2026, com cobertura nas programações 02.06.15.451.0032.1800 (Convênio 909227/2020/MTURI-CAIXA — construção e reforma do Terminal Rodoviário) e 02.06.04.122.0031.2012 (Manutenção da Secretaria de Planejamento), elemento de despesa 4.4.90.52.00 — Equipamentos e material permanente. A existência de recursos do Convênio federal reforça a sustentabilidade financeira da contratação, que se insere no escopo de implantação do equipamento público já parcialmente financiado pela União.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é técnica, jurídica, operacional e financeiramente viável, sendo indispensável à plena operação do Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO e ao adequado atendimento ao público usuário do transporte intermunicipal, justificando-se o prosseguimento do processo licitatório.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ELIZETE GONCALVES DE LIMA**

Secretária de Planejamento , Orçamento e Gestão

**MICHELE VIANA SANTOS**

Agente de Gestão Pública









# Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Estudo Técnico Preliminar - ETP</b>	<b>79/2026</b>	<b>17/03/2026</b>

ID: <b>3857024</b>	Processo	Documento
CRC: <b>808262F0</b>		
Processo: <b>8-6034/2026</b>		
Usuário: <b>MICHELE VIANA SANTOS#</b>		
Criação: <b>17/03/2026 13:24:54</b>	Finalização: <b>18/03/2026 11:52:05</b>	

MD5: <b>C483B4637BFC34E1A1E2C1B50DD94527</b>
SHA256: <b>F40D02243DF830494471AD2287B1F6297B01DB4F9974A888264B727A052469EB</b>

Súmula/Objeto:  
**ETP - MOBILIÁRIO TERMINAL RODOVIÁRIO DE ARIQUEMES/RO**

### INTERESSADOS

SEMPOG ADM	Ariquemes	RO	18/03/2026 11:50:31
------------	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

AQUISIÇÃO (38285)	18/03/2026 11:50:10
-------------------	---------------------


### CIENTES

ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO	18/03/2026 12:07:53
-----------------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MICHELE VIANA SANTOS#	AGENTE ADMINISTRATIVO N III - GRUPO - 69	18/03/2026 11:54:41
--	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	19/03/2026 10:51:58
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3857024 e o CRC 808262F0.

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 80/2026

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
80/2026	MICHELE VIANA SANTOS	17/03/2026 13:11
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de Material Permanente Mobiliário com montagem, para atender as dependências do novo Terminal Rodoviário		

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Estimativa de preços incompatível com o mercado	Pesquisa de preços baseada em fontes desatualizadas ou insuficientes	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Contratação com valor superestimado ou subestimado, podendo gerar impugnações, fracasso do certame ou prejuízo ao erário					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar pesquisa de preços com no mínimo três fontes, priorizando sistemas oficiais, conforme IN 01/SML/PMA/2021, com orçamentos datados em até 6 meses antes da publicação do edital <b>Responsável:</b> HENRIQUE DA SILVA					
Ações de Contingência						
C-01	Atualizar a pesquisa de preços antes da publicação do edital caso os valores estimados estejam defasados em relação ao mercado <b>Responsável:</b> HENRIQUE DA SILVA					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Especificações técnicas inadequadas ou restritivas	Descrição do objeto mal elaborada, comprometendo a competitividade do certame	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Restrição à competitividade, possibilidade de impugnação do edital e atraso no processo licitatório					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar TR com especificações objetivas baseadas em levantamento físico dos ambientes e layout funcional do Terminal, vedada indicação de marca, com revisão jurídica prévia			Responsável: MICHELE VIANA SANTOS		
Ações de Contingência						
C-01	Revisar e corrigir as especificações mediante impugnação ou questionamento de licitante, com republicação do edital se necessário			Responsável: EDUARDO SANTOS DE SOUSA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Quantitativos subdimensionados ou superdimensionados	Levantamento físico dos ambientes impreciso ou desatualizado	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Necessidade de aditivo contratual ou aquisição de itens faltantes, gerando atraso na operação do Terminal					
Ações Preventivas						
P-01	Definir quantitativos com base em levantamento físico dos ambientes e layout funcional (ID 3821571), com distribuição por ambiente detalhada no ETP nº 79/2026 <b>Responsável:</b> EDUARDO SANTOS DE SOUSA					
Ações de Contingência						
C-01	Emitir termo aditivo para ajuste de quantitativos, dentro dos limites legais previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 <b>Responsável:</b> BRENO MAIFREDE CAMPANHA					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Ausência de dotação	Falha no planejamento orçamentário ou				



<b>R-04</b>	orçamentária suficiente	contingenciamento de recursos	Planejamento	Administração	Médio	
	<b>Impactos</b>					
1	Impossibilidade de prosseguimento do processo licitatório, comprometendo a implantação do Terminal Rodoviário					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Verificar e reservar dotação orçamentária previamente à publicação do edital, com emissão de nota de autorização de despesa nas programações indicadas no TR nº 112/2026					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Suspender o processo licitatório e providenciar suplementação orçamentária ou remanejamento de dotação junto à unidade competente					
<b>R-05</b>	Atraso na conclusão das obras civis do Terminal	Pendências na execução da obra vinculada ao Convênio nº 909227/2020/MTURI-CAIXA, inviabilizando o recebimento dos mobiliários	Planejamento	Administração	Médio	
	<b>Impactos</b>					
1	Impossibilidade de entrega e montagem dos mobiliários no prazo contratual, atrasando a abertura do Terminal ao público					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Acompanhar o cronograma da obra e solicitar entrega dos itens somente quando os espaços físicos estiverem disponíveis para recebimento dos bens					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Prorrogar o prazo de entrega contratual mediante termo aditivo, resguardando o interesse público					
<b>R-06</b>	Fracasso ou deserção do certame	Ausência de fornecedores interessados ou propostas acima do valor estimado	Planejamento	Administração	Médio	
	<b>Impactos</b>					
1	Atraso significativo no processo de aquisição, comprometendo o cronograma de implantação do Terminal					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Publicar o edital no PNCP/ComprasNet garantindo ampla divulgação nacional; elaborar especificações que não restrinjam a competitividade					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Repetir o certame com revisão das especificações e/ou do valor estimado, ou adotar contratação direta nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, se cabível					
<b>R-07</b>	Propostas com preços inexequíveis ou excessivamente elevados	Distorção de mercado ou má-fé do licitante	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	<b>Impactos</b>					
1	Desclassificação de propostas e necessidade de convocação de novos classificados, gerando atraso no certame					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Adotar critério de julgamento pelo menor preço; divulgar o valor estimado no edital para balizamento das propostas					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Desclassificar propostas inexequíveis ou acima do valor máximo aceitável, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021, e convocar o próximo classificado					
<b>R-08</b>	Impugnações ou recursos que atrasem o certame	Editais com cláusulas obscuras, restritivas ou em desconformidade legal	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	<b>Impactos</b>					
1	Suspensão do certame, necessidade de republicação do edital e atraso no cronograma de contratação					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Elaborar TR e edital claros e objetivos, com revisão jurídica prévia dos instrumentos convocatórios					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Responder às impugnações dentro do prazo legal; corrigir o edital e republicar se necessário, resguardando o prazo mínimo de divulgação					
<b>R-09</b>	Atraso na entrega dos mobiliários	Dificuldades logísticas ou produtivas do fornecedor	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
	<b>Impactos</b>					
1	Atraso na abertura do Terminal ao público e possível descumprimento de obrigações perante o Convênio nº 909227/2020/MTURI-CAIXA					
	<b>Ações Preventivas</b>					
P-01	Exigir comunicação prévia de 10 dias úteis em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo; fiscalização ativa pelo gestor do contrato					
	<b>Ações de Contingência</b>					
C-01	Aplicar multa moratória de 0,5% ao dia sobre o valor inadimplido; avaliar rescisão contratual					



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Entrega de mobiliários em desconformidade com as especificações do TR	Substituição de materiais ou componentes sem anuência da Administração	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
	Impactos					
	1	Recebimento de bens inadequados ao uso institucional, gerando retrabalho, atraso e possível prejuízo ao erário				
Ações Preventivas						
P-01	Exigir amostras e/ou catálogos técnicos previamente à aceitação definitiva; fiscalização técnica no recebimento provisório			Responsáveis: EDUARDO SANTOS DE SOUSA, DIEIMILA LUANA DA SILVA PAULUS		
Ações de Contingência						
C-01	Rejeitar os bens não conformes e exigir substituição em até 10 dias corridos às custas da contratada, conforme item 8.2 do TR					
Responsável: NATALIA SANTOS DE ANGELO						

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.







# Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Matriz de Gerenciamento de Riscos</b>	<b>80/2026</b>	<b>17/03/2026</b>

ID: <b>3857038</b>	Processo	Documento
CRC: <b>764B5568</b>		
Processo: <b>8-6034/2026</b>		
Usuário: <b>MICHELE VIANA SANTOS#</b>		
Criação: <b>17/03/2026 13:29:11</b>	Finalização: <b>18/03/2026 11:54:16</b>	

MD5: <b>63DB4A279E7E8C40AA9CCAE5492AD5EC</b>
SHA256: <b>91EB26D4DC2E62653B21B341069F9E5387064557C6C00EAF603C8D5538E01DA6</b>

Súmula/Objeto:

**MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO 80/2026 - MOBILIÁRIO TERMINAL RODOVIÁRIA/RO**

### INTERESSADOS

SEMPOG ADM	Ariquemes	RO	18/03/2026 11:51:43
------------	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

AQUISIÇÃO (38285)	18/03/2026 11:51:29
-------------------	---------------------


### CIENTES

ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO	18/03/2026 12:07:46
-----------------------------	---------------------


### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MICHELE VIANA SANTOS#	AGENTE ADMINISTRATIVO N III - GRUPO - 69	18/03/2026 11:55:06
--	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 HENRIQUE DA SILVA	Superintendente Municipal de Licitações	18/03/2026 14:42:54
--	---	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 EDUARDO SANTOS DE SOUSA#	ASSESSOR ESPECIAL II CDS 06 (COMISSAO)	19/03/2026 08:06:21
---	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 DIEIMILA LUANA DA SILVA PAULUS	ASSESSOR ESPECIAL III CDS 04 (COMISSAO)	19/03/2026 08:07:13
---	---	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	19/03/2026 10:51:58
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 BRENO MAIFREDE CAMPANHA#	Procurador Geral do Município	19/03/2026 11:00:07
---	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 NATALIA SANTOS DE ANGELO	GER DE ORCAMENTO E FINANÇAS (COMISSAO)	19/03/2026 12:26:29
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

[www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3857038 e o CRC 764B5568.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

**MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

Processo Administrativo nº 6034/2026 | Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 | Contratação nº 92/2026

**O MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 2.166, Setor Institucional, Ariquemes/RO, neste ato representado pela Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, **Sra. ELIZETE GONÇALVES DE LIMA**, portadora do CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**; e

**A empresa** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**;

Têm entre si justo e avençado o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, pelo Termo de Referência nº 112/2026, pela proposta da Contratada e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a aquisição de mobiliário permanente com montagem, destinado ao Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO, conforme especificações constantes no Termo de Referência nº 112/2026 e no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, que integram este instrumento independentemente de transcrição.

**1.2.** Os itens objeto desta contratação são os seguintes:



Item	CATMAT	Especificação	Und	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	623625	Armário alto com duas portas, dimensões aprox. 800×1600×500 mm, cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	5	xxx	xxx
2	623625	Armário baixo com duas portas, dimensões aprox. 800×740×500 mm, cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	5	xxx	xxx
3	629799	Cadeira fixa com quatro pés metálicos, assento e encosto em polipropileno, empilhável, uso coletivo em área de alimentação. Capacidade mínima 120 kg. Cor cinza claro.	UND	180	xxx	xxx
4	625692	Cadeira fixa de escritório, dimensões aprox. 90 cm altura total, encosto e braços em polipropileno, revestimento em tela, base fixa aço carbono, apoio lombar. Capacidade 120 kg. Cor: Preta.	UND	28	xxx	xxx
5	455062	Cadeira giratória ergonômica com ajuste de altura e encosto, base giratória com rodízios. Capacidade 110/150 kg. Cor: Preta. Incluso montagem.	UND	10	xxx	xxx
6	277066	Cadeira Longarina 3 Lugares modelo aeroporto, estrutura cromada, estofamento couro PVC preto, barra aço 40×80 mm, apoio de braços anatômico, pés em Y cromados, sapatas niveladoras. Peso mínimo 150 kg/assento. Dimensões aprox. 185×77 cm (L×A).	UND	68	xxx	xxx
7	277066	Cadeira tipo longarina 3 lugares, assento e encosto em polipropileno preto, estrutura metálica tubular preta. Capacidade mínima 120 kg/assento. Dimensões aprox. 155×51 cm (L×A).	UND	12	xxx	xxx
8	623617	Gaveteiro volante com 3 gavetas (2 médias e 1 gavetão), dimensões aprox. 400×590×460 mm, MDF amadeirado. Incluso montagem.	UND	10	xxx	xxx
9	607623	Mesa circular 1200×740 mm para uso coletivo em áreas de alimentação, estrutura aço inox tubular com pintura eletroreajustestática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	30	xxx	xxx
10	619400	Mesa retangular dupla aprox. 740×1200×600 mm, estrutura aço inox tubular com pintura eletrostática preta, base emborrachada, tampo MDF cor amadeirado. Incluso montagem.	UND	15	xxx	xxx
11	611701	Mesa Circular 1200×740 mm para reunião, estrutura resistente cor preta, tampo amadeirado. Incluso montagem.	UND	3	xxx	xxx
12	601720	Mesa de trabalho retangular sem gavetas, dimensões aprox. 1600×740×600 mm, tampo MDF melamínico amadeirado, estrutura de ferro preta. Incluso montagem.	UND	10	xxx	xxx
13	621484	Poltrona decorativa, estrutura em madeira de reflorestamento, estofada em corino, capacidade mínima 140 kg, pés em polipropileno. Dimensões aprox. 70×80×72 cm (L×A×P). Cor: Preta. Para uso no fraldário.	UND	1	xxx	xxx

**1.3.** Os bens serão entregues com montagem inclusa, no Terminal Rodoviário Municipal Avenida Capitão Sílvia, lote 01/03, Setor Grandes Áreas, Ariquemes/RO, conforme condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.

**1.4.** Integram este contrato, independentemente de transcrição: o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 e seus Anexos; o Termo de Referência nº 112/2026; o Estudo Técnico Preliminar nº \_\_\_\_/2026.

## **CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL**

**2.1.** O presente contrato é celebrado com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no resultado do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 Processo Administrativo nº 6034/2026, e está em conformidade com o Plano de Contratações Anual 2026 da Prefeitura Municipal de Ariquemes (contratação nº 92/2026).

## **CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA**

**3.1.** O presente contrato vigorará desde a sua publicação no PNCP, recebimento do instrumento de contrato (empenho), até o recebimento definitivo dos bens pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado da SEMPOG, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

## **CLÁUSULA QUARTA DO VALOR E DO PREÇO**

**4.1.** O valor do presente contrato é de R\$ .....(.....)

**4.2.** Os preços são fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

**4.2.3** O orçamento estimado para a presente contratação foi datado em onze de março de 2026, conforme Quadro Comparativo de 11/03/2026 (ID 3843571) Cotação 00798/26.

**4.3.** No valor contratado estão incluídas todas as despesas com fornecimento, frete, seguro, montagem, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

## **CLÁUSULA QUINTA DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**5.1.** O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do envio da da nota de empenho, em remessa única.

**5.2.** Os bens deverão ser entregues no Terminal Rodoviário Municipal de Ariquemes/RO Avenida Capitão Sílvio, lote 01/03, Setor Grandes Áreas, Ariquemes/RO, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

**5.3.** A montagem dos itens que assim exigem é parte integrante do objeto, devendo ser realizada no local de utilização definitivo, com agendamento em data a ser convencionada com a Administração.

**5.4.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.5.** A Contratada deverá comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **CLÁUSULA SEXTA DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**6.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

**6.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**6.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do material e

consequente aceitação mediante termo detalhado emitido pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado da SEMPOG.

**6.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**6.5.** As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta da Contratada e são condição para o recebimento do objeto.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

**7.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**7.2.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, a Contratada deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

**7.3.** A garantia abrange a realização de manutenção corretiva pela própria Contratada, ou por assistência técnica autorizada, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**7.4.** Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo da Contratada.

**7.5.** O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

## **CLÁUSULA OITAVA DO PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, após o recebimento definitivo dos bens e a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

**8.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

**8.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos abrangidos por aquele regime, condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial.

**8.4.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF ou apresentação das certidões pertinentes.

## **CLÁUSULA NONA DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO**

**9.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Fiscal do Contrato: \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, designado(a) pela autoridade competente, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

**9.2.** O(A) Gestor(a) do Contrato será: \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, ao qual/à qual compete coordenar o acompanhamento e fiscalização da execução, bem como adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento deste instrumento.

**9.3.** O Fiscal Técnico do Contrato acompanhará a execução do contrato, anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e comunicará ao Gestor do Contrato em tempo hábil qualquer situação que demande decisão ou medidas que ultrapassem sua competência.

**9.4.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

## **CLÁUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** São obrigações da Contratada:

**10.1.1.** Entregar os bens no prazo, local e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência nº 112/2026, acompanhados de nota fiscal e manual do usuário em língua portuguesa;

**10.1.2.** Realizar a montagem de todos os itens que assim exigem, no local de utilização definitivo, sem custo adicional para o Contratante;

**10.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

**10.1.4.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

**10.1.5.** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições exigidas para habilitação na licitação;

**10.1.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**10.1.7.** Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual;

**10.1.8.** Não subcontratar o objeto contratual, vedação expressa nos termos do Termo de Referência nº 112/2026.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1.** São obrigações do Contratante:

**11.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este contrato e seus anexos;

**11.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste instrumento;

**11.1.3.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, fixando prazo para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos;

**11.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

**11.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato;

**11.1.6.** Aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**12.1** A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.

**12.2** A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.

**12.3** A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.

**12.4** A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

**12.5** Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.

**12.6** A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.

**12.7** A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.

**12.8** A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.

**12.9** A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.

**12.10** A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.

**12.11** A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.

**12.12** A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.

**12.13** A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.

**12.14** A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

**13.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

**13.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II - Multa:**

- 1.** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2.** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**2.1** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**3.** compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**III - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e, f, g e h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b, c, d e i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- f)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

**14.1** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**14.1.1** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

**a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**14.3** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.3.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

**14.3.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.3.2.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.4.3** Indenizações e multas.

**14.5** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

**15.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG

**Programação:** 02.06.04.122.0031.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento

**Programação:** 02.06.15.451.0032.1712 Desenvolvimento Urbano Operação de Crédito

**Programação:** 02.06.04.122.0031.2013 Manutenção da Casa dos Conselhos

**Programação:** 02.06.04.122.0034.2016 Manutenção da Regularização Fundiária

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

**Fontes de Recurso:** 0.1.500.0 Recursos não vinculados de impostos

**Fontes de Recurso:** 0.1.501.0 Outros recursos não vinculados

**Fontes de Recurso:** 0.1.754.0 Recursos de operações de crédito

**Fontes de Recurso:** 0.2.754.0 Recursos de operações de crédito

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

3.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES**

**17.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**17.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

**18.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO ([art. 92, §1º](#))

**19.1** Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ariquemes/RO, .....de ..... de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADO
Prefeitura Municipal de Ariquemes CNPJ: 04.104.816/0001-16	Representante CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854  
Contato: (69) 3516-2000 - Site: [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **ELIZETE GONCALVES DE LIMA#**, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 16/04/2026 às 12:16, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br), informando o ID **3922609** e o código verificador **3339DAC6**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO	***.362.462-**	16/04/2026 11:27

Referência: [Processo nº 8-6034/2026](#).

Docto ID: 3922609 v1



AVISO DE PREGAO ELETRONICO  
Nº 90045/2026/PREGÃO/SML/PMA  
PROCESSO ADM. Nº 6034/2026/SEMPOG  
MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522  
LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto: Aquisição de Material Permanente Mobiliário, com montagem, para atender as dependências do novo Terminal Rodoviário de Ariquemes/RO. Valor estimado em R\$ 322.910,35. A Prefeitura de Ariquemes-RO através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº. 23.384 de 07 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 90045/2026 do tipo MENOR PREÇO critério de julgamento POR ITEM, Cód. UASG: 450522, na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura de Ariquemes/RO. Envio das propostas poderá ser feito das 09h00min do dia 30/04/2026 até às 09h00min do dia 13/05/2026. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 13/05/2026 (Horário de Brasília). A retirada do edital está disponível no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e/ou [www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao](http://www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao), sendo que a sessão pública será pelo site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Comprasnet). Mais informações, por meio do telefone (69) 3516-2020 ou pelo e-mail: [pregaopma@hotmail.com](mailto:pregaopma@hotmail.com).

Ariquemes (RO), 29 de abril de 2026.

Valdesir Suhre  
Pregoeiro